

1º SIMULADO

TCU-CESPE

**CONHECIMENTOS
GERAIS**



Estratégia
CONCURSOS



Simulado Especial

1º Simulado TCU

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TCU;
- 2 – A prova contém **200 itens** que serão divididos em duas partes, conhecimentos gerais na parte da manhã e conhecimentos específicos na parte da tarde. que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais dos concursos;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora Cespe, com alternativas certo/errado.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h e das 14h00 às 18:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – **No dia seguinte, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube.** Eles resolverão todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros, pois o vídeo ficará disponível apenas na área do aluno.
- 8 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-TCU-Cespe-01-09>

- | | | | | |
|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| 01 – (C) (E) | 19 – (C) (E) | 37 – (C) (E) | 55 – (C) (E) | 73 – (C) (E) |
| 02 – (C) (E) | 20 – (C) (E) | 38 – (C) (E) | 56 – (C) (E) | 74 – (C) (E) |
| 03 – (C) (E) | 21 – (C) (E) | 39 – (C) (E) | 57 – (C) (E) | 75 – (C) (E) |
| 04 – (C) (E) | 22 – (C) (E) | 40 – (C) (E) | 58 – (C) (E) | 76 – (C) (E) |
| 05 – (C) (E) | 23 – (C) (E) | 41 – (C) (E) | 59 – (C) (E) | 77 – (C) (E) |
| 06 – (C) (E) | 24 – (C) (E) | 42 – (C) (E) | 60 – (C) (E) | 78 – (C) (E) |
| 07 – (C) (E) | 25 – (C) (E) | 43 – (C) (E) | 61 – (C) (E) | 79 – (C) (E) |
| 08 – (C) (E) | 26 – (C) (E) | 44 – (C) (E) | 62 – (C) (E) | 80 – (C) (E) |
| 09 – (C) (E) | 27 – (C) (E) | 45 – (C) (E) | 63 – (C) (E) | 81 – (C) (E) |
| 10 – (C) (E) | 28 – (C) (E) | 46 – (C) (E) | 64 – (C) (E) | 82 – (C) (E) |
| 11 – (C) (E) | 29 – (C) (E) | 47 – (C) (E) | 65 – (C) (E) | 83 – (C) (E) |
| 12 – (C) (E) | 30 – (C) (E) | 48 – (C) (E) | 66 – (C) (E) | 84 – (C) (E) |
| 13 – (C) (E) | 31 – (C) (E) | 49 – (C) (E) | 67 – (C) (E) | 85 – (C) (E) |
| 14 – (C) (E) | 32 – (C) (E) | 50 – (C) (E) | 68 – (C) (E) | 86 – (C) (E) |
| 15 – (C) (E) | 33 – (C) (E) | 51 – (C) (E) | 69 – (C) (E) | 87 – (C) (E) |
| 16 – (C) (E) | 34 – (C) (E) | 52 – (C) (E) | 70 – (C) (E) | 88 – (C) (E) |
| 17 – (C) (E) | 35 – (C) (E) | 53 – (C) (E) | 71 – (C) (E) | 89 – (C) (E) |
| 18 – (C) (E) | 36 – (C) (E) | 54 – (C) (E) | 72 – (C) (E) | 90 – (C) (E) |

CONHECIMENTOS GERAIS**PORTUGUÊS**

A Atricon, visando fortalecer o sistema Tribunal de Contas como essencial ao controle dos recursos públicos e à cidadania e estimular a transparência das informações, das decisões e da gestão das Cortes de Contas, concebeu o Programa Qualidade e Agilidade dos Tribunais de Contas – QATC.

Tendo por objetivo precípua o entrosamento e a coordenação das atividades dos Tribunais de Contas do Brasil, o Programa QATC visa uniformizar os métodos de controle, atendidas as características das áreas de jurisdição de cada uma das Cortes de Contas, bem como coordenar a implantação de um sistema integrado de controle externo da administração pública, buscando a uniformização de procedimentos e garantindo amplo acesso do cidadão às informações respectivas.

O QATC, que se constitui na principal ação da Atricon para o aprimoramento do sistema, é composto por dois projetos: Resoluções-Diretrizes e Marco da Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC).

As Resoluções se constituem em instrumentos aprovados a partir de ampla discussão com membros e técnicos dos Tribunais de Contas brasileiros e dão publicidade as diretrizes a serem adotadas como referência no exercício do controle externo, subsidiando a melhoria dos processos, produtos e serviços.

Por sua vez, o Marco de Medição do Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC), que adota metodologia inspirada na Supreme Audit Institutions – Performance Measurement Framework – SAI PMF, da Intosai, constitui-se no principal instrumento de avaliação dos Tribunais de Contas do Brasil, incorporando as diretrizes da Atricon, as NBASP e as ISSAIs.

Assim, o QATC fortalece o sistema nacional de controle externo e contribui para que os Tribunais de Contas atuem de maneira harmônica e uniforme, aprimorem a qualidade e a agilidade das auditorias e dos julgamentos, valorizem o controle social e ofereçam serviços de excelência, a partir de padrões de fácil implementação e avaliação.

<http://qatc.atricon.org.br>

01. Constitui o objetivo central do texto analisar os efeitos positivos e negativos do Programa Qualidade e Agilidade dos Tribunais de Contas – QATC.

02. O Programa QATC visa principalmente ao entrosamento e à coordenação das atividades dos Tribunais de Contas do Brasil.

03. Nas linhas 22 e 23, há necessidade de crase no trecho “as diretrizes”, tendo em vista que há preposição “a”, exigida por vocábulo anterior, e o substantivo “diretrizes” é precedido do artigo “as”.

04. A expressão “de um sistema integrado de controle externo” (linha 12) está para “implantação” (linha 12), assim como “às informações respectivas” (linhas 14 e 15) está para “acesso” (linha 14).

05. O trecho “O QATC (...) Marco da Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC)” (linhas 16 a 19) pode ser reescrito, mantendo-se o sentido e a correção gramatical da seguinte forma: **Os projetos Resoluções-Diretrizes e Marco da Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC) compõem o QATC, o qual se constitui na principal ação da Atricon para o aprimoramento do sistema.**

06. O segmento “subsidiando a melhoria dos processos, produtos e serviços” (linhas 24 e 25) transmite valor causal.

07. A oração “para que os Tribunais de Contas atuem de maneira harmônica e uniforme” (linhas 34 e 35) está desenvolvida com a locução conjuntiva “para que” e o verbo conjugado em modo e tempo verbal “atuem”, por isso pode ser reescrita na sua forma reduzida de infinitivo, mantendo a correção gramatical e a coesão: **para os Tribunais de Contas atuarem de maneira harmônica e uniforme.**

08. Na linha 20, o pronome átono “se” pode se posicionar imediatamente após o verbo “constituem”: **As Resoluções constituem-se.**

09. O verbo “fortalecer” (linha 1) é um vestígio que nos faz inferir que o sistema Tribunal de Contas já é percebido como essencial ao controle dos recursos públicos e à cidadania, mesmo sem as ações da Atricon.

10. O vocábulo “concebeu” (linha 4) está sendo empregado no sentido de facultar, permitir.

11. A nominalização da estrutura oracional “uniformizar os métodos de controle” (linhas 9 e 10) em à uniformização dos métodos de controle mantém a correção gramatical, a coesão e o paralelismo com a estrutura nominal “a implantação de um sistema integrado de controle externo da administração pública” (linhas 11 a 13).

12. As vírgulas das linhas 11 e 12 são obrigatórias no contexto por separarem oração que transmite uma característica imanente de “QATC” (linha 16).

13. Nas linhas 3 e 4, as ocorrências da preposição “de” diante de “informações” e “decisões” foram fruto da regência do substantivo “transparência”, diferentemente do emprego da preposição “de” diante de “Cortes”, que foi uma exigência do substantivo “gestão”.

14. As regras de concordância nominal permitem a troca do sintagma “maneira harmônica e uniforme” (linha 35) por **maneiras harmônica e uniforme**, assim como se permite a troca de “fácil implementação e avaliação” (linhas 38) por **fáceis implementação e avaliação**.

15. O vocábulo “Assim” (linha 33) é um sequenciador que transmite valor de efeito, resultado, por isso pode ser substituído por um dos seguintes, mantendo o sentido e a coesão: **Por conseguinte, Portanto, Porquanto.**

INGLÊS

Auditors must avail themselves of professional judgment in planning and conducting the engagement and in reporting the results.

Professional judgment entails exercising reasonable care and professional skepticism. The former comprises acting diligently in compliance with applicable professional standards and ethical principles. The latter requires a questioning mind, awareness of conditions that may indicate possible misstatement owing to error or fraud, and a critical assessment of evidence. Professional skepticism includes being alert to, for example, evidence that contradicts other evidence obtained or information that brings into question the reliability of documents or responses to inquiries to be used as evidence. Further, it includes a mindset in which auditors assume that management is neither dishonest nor of unquestioned honesty. Auditors may accept records and documents as genuine unless they have reason to believe otherwise. Auditors may consider documenting procedures undertaken to support their application of professional skepticism in highly judgmental or subjective areas under audit.

Government auditing standards. 2018 (Revision). Comptroller General of the USA (adapted).

Judge the following statements based on the text above

16. “The former comprises acting diligently” (R. 5 and 6) is not equivalent to: Professional skepticism involves behaving in good faith.

17. “information that brings into question the reliability of documents” (R. 12) can be correctly expressed as: data collected in order to clear doubts about documents.

18. “misstatement owing to error or fraud” (R.9) is the same as: a distorted assertion that results from a mistake or deception.

19. “Further, it includes a mindset” (R.13, 14) can be correctly conveyed as: Hence, it adds a conception.

20. “Auditors may consider documenting procedures” (R. 17 and 18) is the same as: comptrollers should employ customary documents.

RACIOCÍNIO ANALÍTICO

21. No Raciocínio Argumentativo Dedutivo utilizamos informações concretas (exemplos, dados estatísticos ou científicos, citações) para transformá-las em uma ideia geral.

22. Trata-se de um exemplo de argumento de autoridade o seguinte:

- Minha avó sempre dizia: “o que não mata, engorda”

23. A argumentação abaixo é um exemplo de Raciocínio Indutivo.

Minha irmã é professora de uma escola pública e com o que ganha de salário não seria capaz de se sustentar minimamente se não tivesse mais dois empregos. A situação em que ela vive que é, certamente, a de todos os profissionais do magistério, é a prova de que a educação não é valorizada pelos governos de qualquer esfera no Brasil.

24. Situação hipotética: Dois amigos conversavam sobre o candidato ao cargo de Diretor Geral da empresa. Um deles afirma:

“O Roberto tem um currículo invejável, mas não é bem articulado”.

Assertiva: Nessa situação hipotética, a afirmação do amigo apresenta maior peso argumentativo no trecho “mas não é bem articulado”.

25. Considere os argumentos abaixo:

I. “Todos os advogados são honestos; todos os honestos são generosos; logo, todos os advogados são generosos.”

II. “No quadro de servidores do TCU, 3/5 deles possuem nível superior. Ana Maria é servidora do quadro do TCU; logo, Ana Maria possui nível superior.”

Com base em tais argumentos, julgue o item a seguir:

O primeiro é um exemplo canônico de um argumento classificado como válido pela lógica dedutiva. O segundo é um argumento que não é classificado como válido pela lógica dedutiva, denominado indutivo.

ESTATÍSTICA

O tempo de fabricação de um equipamento segue uma distribuição normal com média desconhecida μ e desvio padrão σ igual a 4 minutos. Em uma amostra aleatória de 25 tempos de duração da fabricação desse tipo de equipamento, observou-se um tempo médio amostral de 62 minutos.

Considere que $\phi(2) = 0,975$, em que $\phi(z)$ representa a função de distribuição acumulada de uma distribuição normal padrão.

Julgue os itens a seguir com relação ao teste de hipóteses $H_0: \mu = 60$ minutos contra $H_a: \mu \neq 60$ minutos, em que H_0 e H_a denotam, respectivamente, as hipóteses nula e alternativa.

- 26.** Nesse teste de hipóteses, comete-se o erro do tipo I caso a hipótese H_0 não seja rejeitada, quando, na verdade, H_0 deveria ser rejeitada.
- 27.** A estatística teste é superior a 2.
- 28.** Se o poder do teste é de 99%, então o nível de significância é igual a 1%.
- 29.** O nível de significância corresponde à probabilidade de se rejeitar H_0 quando, na verdade, H_0 for verdadeira.
- 30.** O intervalo de confiança de 95% para a média da população tem amplitude inferior a 3 minutos.

MATEMÁTICA FINANCEIRA

Julgue os itens seguintes, relativos à matemática financeira.

- 31.** Um capital C foi aplicado, no regime de juros simples, à taxa de juros $i\%$ ao mês, por um período de t meses, em que $0 < t < 1$. Outro capital, de mesmo valor C, foi aplicado, no regime de juros compostos, também à taxa de $i\%$ ao mês, pelo mesmo período t. Nesse caso, o montante auferido no regime de juros compostos é maior que o montante auferido no regime de juros simples.
- 32.** Um capital de R\$ 5.000,00 foi aplicado durante determinado período, obtendo-se ao final da aplicação um montante total de R\$ 5.355,00. Nessa situação, se a inflação no período mencionado foi de 5%, então a taxa real de rendimentos da referida aplicação nesse período foi inferior a 2,5%.
- 33.** Um título de valor nominal igual a R\$ 7.500 foi descontado 4 meses antes do vencimento, à taxa de desconto comercial simples de 18% ao ano, sem cobrança de taxas administrativas. Nesse caso, o valor descontado foi de R\$ 450,00.
- 34.** Situação hipotética: Um banco emprestou R\$ 147.600 para Antônio, que deve fazer a amortização em dezoito parcelas mensais consecutivas pelo sistema de amortização constante sem carência. A taxa de juros contratada para o empréstimo foi de 3% ao mês, e a primeira parcela deverá ser paga um mês após a tomada do empréstimo. Assertiva: O valor da décima terceira parcela a ser paga por Antônio é de R\$ 9.676.
- 35.** Situação hipotética: Uma instituição financeira emprestou a uma empresa R\$ 150.000, quantia entregue no ato, sem prazo de carência, a ser paga em cinco prestações mensais iguais, consecutivas, pelo sistema francês de amortização. A taxa de juros contratada para o empréstimo foi de 5% ao mês, e a primeira prestação deverá ser paga um mês após a tomada do empréstimo. Assertiva: Se o valor das prestações for de R\$ 34.646,20 a soma total dos juros

que deverão ser pagos pela empresa, incluídos nas cinco parcelas do financiamento, é inferior a R\$ 23.000.

CONTROLE EXTERNO

Considerando as disposições constitucionais, doutrinárias e jurisprudenciais sobre o controle da administração pública, julgue os itens a seguir.

- 36.** Se a União detiver 49% do capital de uma empresa pública e um estado da Federação detiver os outros 51%, caberá ao TCU e ao Tribunal de Contas local a realização do controle externo dessa entidade, proporcionalmente ao limite de capital aportado por cada ente da Federação.
- 37.** O julgamento das contas dos administradores públicos federais realizado pelo TCU classifica-se como controle externo e posterior, podendo analisar a conformidade e o desempenho da gestão pública.
- 38.** No exercício de suas atribuições, o TCU poderá apreciar a constitucionalidade de leis ou atos normativos do poder público, constituindo esse um controle de constitucionalidade difuso, posterior e extrajudicial.
- 39.** O Tribunal de Contas da União é representado pelo seu Presidente, motivo pelo qual o presidente de câmara do TCU não poderá figurar no polo passivo de mandado de segurança quando o ato impugnado reveste-se de caráter impositivo.
- 40.** A prerrogativa para apreciação da legalidade de contrato administrativo foi outorgada, pela Constituição Federal, ao Congresso Nacional, de tal forma que não cabe ao TCU determinar a suspensão da execução de contrato, ainda que em sede de decisão cautelar.

Julgue os itens seguintes, considerando as disposições da Lei Orgânica e do Regimento Interno do TCU.

- 41.** O TCU dará tratamento sigiloso às denúncias formuladas, até decisão definitiva sobre a matéria, em respeito ao princípio da presunção de inocência, mas após a decisão definitiva, em respeito ao direito de resposta, não poderá manter o sigilo quanto à autoria do denunciante, mesmo que tal procedimento se mostre imprescindível para a segurança do Estado.
- 42.** A decisão do TCU que determina o arquivamento das contas por racionalização administrativa e economia processual classifica-se como decisão terminativa.
- 43.** Se, na apreciação de um processo, houver dúvidas quanto à procedência de denúncia formulada ao Tribunal de Contas da União, a Corte poderá se utilizar da inspeção, como instrumento de fiscalização hábil a apurar a situação.

44. Compete ao TCU, por intermédio do Plenário ou das câmaras, decidir sobre consulta formulada a respeito de matéria de sua competência, hipótese em que a resposta constituirá prejulgamento da tese, mas não do fato ou caso concreto.

45. O recurso de reconsideração e o pedido de reexame poderão ser conhecidos quando apresentados fora do prazo, mas desde que fundamentados em fatos novos e sejam interpostos no limite de cento e oitenta dias desde o vencimento do prazo original, hipótese em que não terão efeito suspensivo.

DIREITO CONSTITUCIONAL

No tocante à fiscalização econômica, financeira e orçamentária, julgue os itens a seguir, nos termos da CF/88 e do entendimento jurisprudencial sobre o tema:

46. Nos processos em que o TCU aprecia a legalidade do ato de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, não há a obrigatoriedade de se respeitar o contraditório e a ampla defesa, mesmo quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado.

47. Partidos políticos, associações e sindicatos, ao tomarem conhecimento de irregularidades, deverão dar ciência ao Tribunal de Contas da União, na forma da lei, sob pena de responsabilidade solidária.

Julgue a assertiva abaixo, considerando o que determina a CF/88 sobre a organização do Estado brasileiro:

48. Lei complementar disporá sobre a criação de Territórios, bem como sobre sua organização administrativa e judiciária.

Julgue o próximo item, com base no que dispõe a Constituição Federal e a jurisprudência acerca dos direitos individuais e coletivos.

49. O TCU não tem competência para determinar a quebra do sigilo bancário de conta da titularidade de ente público, mas poderá requisitar informações relativas a operações de crédito originárias de recursos públicos.

Julgue o próximo item, considerando o que determina a Constituição Federal:

50. A norma que garante aos estrangeiros o acesso aos cargos públicos, desde que tal direito esteja disciplinado em lei nacional, é de eficácia limitada.

Considerando as regras concernentes ao Processo Legislativo, julgue o item a seguir:

51. Admite-se o efeito repristinatório no caso de medida provisória não convertida em lei.

Julgue o próximo item, relativo ao Poder Judiciário:

52. É possível impetrar mandado de injunção contra o TCU, perante o STJ, na ausência de norma regulamentadora de sua competência.

DIREITO ADMINISTRATIVO

53. Com base na Lei 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública, julgue o item a seguir.

As contratações de parceiras público-privadas (PPP) têm como característica marcante a presença de sociedade de propósito específico (SPE), a qual deve ser criada imediatamente após a celebração do contrato de concessão, sob pena de caracterização de ato de improbidade administrativa.

54. Tomando por base as regras definidas na Lei 10.520/2002, julgue o item que se segue.

É possível a interposição de recursos, no âmbito de pregoão realizado pela administração pública federal, desde que o interessado se manifeste logo após a declaração do vencedor do certame, motivadamente, apresentando as razões recursais no prazo de cinco dias úteis.

55. Julgue o item abaixo de acordo com as regras previstas na Lei 8.666/1993.

Para aferir a habilitação técnica dos licitantes, o órgão promotor da licitação poderá exigir a apresentação de atestados, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem experiência prévia no desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto licitado, desde que limitadas às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, e atenda à quantidade mínima de três atestados.

No que diz respeito aos atos de concessão de aposentadoria à conta do regime próprio de previdência social, julgue os dois itens abaixo.

56. Em virtude da exigência de homologação pelos Tribunais de Contas, os atos de concessão de aposentadoria são considerados compostos, de sorte que o prazo decadencial para sua anulação começa a ser computado imediatamente após a expedição do ato concessório.

57. Os atos de concessão de aposentadoria são revestidos de efeitos prodrômicos.

Coronel Prieto é dirigente máximo do órgão federal responsável pelo sistema penitenciário brasileiro, sendo que o país vive situação de grave e iminente risco à segurança pública. Uma das providências a ser tomada por Prieto é a construção de novos estabelecimentos penais.

Diante do referido cenário, o dirigente solicita parecer quanto às alternativas jurídicas de que dispõe para contratar empresas para as obras de construção dos novos presídios.

Tomando por base esta situação hipotética e considerando o que a legislação aplicável dispõe a respeito, avalie os dois itens abaixo.

58. Uma das alternativas de que dispõe a Administração é contratar a construção dos estabelecimentos penais por meio de dispensa de licitação.

59. Mesmo considerando-se que a construção dos estabelecimentos é ação do âmbito da segurança pública, é inviável a contratação das obras por meio do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC).

DIREITO CIVIL

60. De acordo com a LINDB, a Lei X entra em vigor. Em todo o país, sem exceção, 45 dias depois de oficialmente publicada, se não houver previsão de vacatio legis diversa.

61. De acordo com a LINDB, a Lei X entra em vigor. Em 45 dias, se ocorrer nova publicação, destinada a correção, ainda na vacatio legis, continuando o prazo a correr da primeira publicação.

62. De acordo com a LINDB, a Lei X entra em vigor. Em 90 dias, nos Estados estrangeiros, quando admitida a obrigatoriedade da lei brasileira

63. De acordo com a LINDB, a Lei X entra em vigor. Em 45 dias, salvo se houver previsão da cláusula “entra em vigor da data de sua publicação”.

64. Para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura ou testamento públicos, dotação especial de bens livres.

65. Para criar uma fundação, o seu instituidor especificará, obrigatoriamente, o fim a que se destina, mas não a maneira de administrá-la.

66. Os empregados são objetivamente responsáveis pelos prepostos causadores de danos a outrem que, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele, apurada a culpa destes.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

67. João ao realizar compra em estabelecimento comercial solicitou emissão de boletos bancários mensais para pagamento. Após a análise dos documentos de João, o estabelecimento comercial falou que não poderia emitir os boletos, indicando o pagamento em dinheiro ou por intermédio de cartão de crédito como alternativas possíveis. Desconfiado que

seu nome constava de algum cadastro de restrição de crédito, João impetrou um habeas data para conferir se havia alguma informação negativa a seu respeito no SERASA/SPC.

Considerando a situação hipotética, o magistrado deverá indeferir a petição inicial pelo não preenchimento de requisito processual específico, visto que João não comprovou que houve recusa de informações pelos órgãos de proteção ao crédito, como exige a jurisprudência do STJ.

No que concerne à jurisdição e à ação, julgue o item que se segue.

68. Uma das principais características da jurisdição voluntária é a sua obrigatoriedade, dada a exigência de intervenção do Poder Judiciário para o fim pretendido.

69. São condições da ação as partes, o pedido e a causa de pedir; já os elementos da ação são aferidos pela presença do interesse de agir e a legitimidade das partes.

No que diz respeito aos atos processuais, julgue os itens seguintes.

70. O Código de Processo Civil excepciona a regra de que os atos processuais são públicos somente quando o interesse público ou social exija.

71. O ato pelo qual o juiz, no curso do processo, resolve questão incidente apta a causar gravame a qualquer das partes é o despacho.

Em relação à sentença, analise o item abaixo.

72. Os motivos, desde que relevantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença, faz coisa julgada.

No que concerne à ação popular, julgue:

73. A legitimidade para propor ação popular é do cidadão. Contudo, se o cidadão desistir da ação, poderá o Ministério Público prosseguir com a demanda.

DIREITO PENAL

74. O agente que praticar determinado fato tipificado em lei temporária, durante a vigência da referida lei, deverá ser responsabilizado por tal fato, ainda que a mencionada lei temporária já tenha deixado naturalmente o mundo jurídico pela sua revogação natural em razão da expiração do seu prazo de validade.

75. Caracteriza-se o estado de necessidade quando o agente pratica o fato para salvar de perigo iminente, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, era razoável exigir-se.

76. O princípio da insignificância se aplica ao crime de descaminho, desde que o valor total dos tributos sonegados, inclusive acessórios, não seja superior a R\$ 20.000,00, conforme entendimento dos Tribunais Superiores.

77. O gestor público que empregar na área de saúde pública verbas destinadas por lei à educação não estará praticando o crime de peculato.

78. Situação hipotética: José falsificou 08 cédulas de R\$ 100,00, mas a falsificação era perceptível facilmente por qualquer pessoa de inteligência mediana.

Assertiva: neste caso, José não praticou o crime de moeda falsa.

79. Consuma-se o crime de roubo quando o agente, após empregar violência ou grave ameaça, tem a posse mansa, pacífica e desviada da coisa subtraída, conforme entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça.

80. Conforme expressa previsão legal, a caracterização de crime contra as finanças públicas depende, como regra, de pronunciamento definitivo da respectiva Corte de contas.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL

81. Risco de amostragem é o risco de que a conclusão do auditor, com base em amostra, pudesse ser diferente se toda a população fosse sujeita ao mesmo procedimento de auditoria. Nesse contexto, o nível de risco de amostragem que o auditor está disposto a aceitar pode afetar o tamanho da amostra exigido. Quanto maior o risco que o auditor está disposto a aceitar, maior deve ser o tamanho da amostra.

82. Documentação de auditoria é o registro dos procedimentos de auditoria executados, da evidência de auditoria relevante obtida e conclusões alcançadas pelo auditor (usualmente também é utilizada a expressão “papéis de trabalho”). A forma, o conteúdo e a extensão da documentação de auditoria dependem de fatores como: tamanho e complexidade da entidade; natureza dos procedimentos de auditoria a serem executados; riscos identificados de distorção relevante; importância da evidência de auditoria obtida; natureza e extensão das exceções identificadas; entre outros.

83. As **distorções** nas demonstrações contábeis podem originar-se de fraude ou erro. O fator distintivo entre **fraude e erro** está no fato de ser intencional ou não intencional a ação subjacente que resulta em distorção nas demonstrações contábeis. São exemplos de erro e fraude, respectivamente: omissão intencional nas demonstrações contábeis e alteração de registros.

84. Conforme a NBC TA 500, o objetivo do auditor é definir e executar procedimentos de auditoria que lhe permitam conseguir evidência de auditoria apropriada e suficiente que possibilitem obter conclusões razoáveis para fundamentar a sua **opinião**. O auditor, ao realizar exames acerca das contratações com dispensa de licitação, em um determinado Órgão Público, não conseguiu obter evidências suficientes para suportar sua opinião, haja vista que a documentação apresentada não estava de acordo com os demonstrativos de aquisições com dispensa de licitação. Diante do fato, o auditor concluiu que não foi possível realizar quaisquer procedimentos em relação às aquisições e que este fato produzirá efeitos relevantes e generalizados nas Demonstrações financeiras. De acordo com o fato hipotético, o auditor deverá emitir um relatório com opinião modificada do tipo adversa.

85. Evidências de auditoria são as informações utilizadas pelo auditor para fundamentar suas conclusões em que se baseia a sua opinião. As evidências de auditoria incluem informações contidas nos registros contábeis subjacentes às demonstrações contábeis e outras informações. Havendo inconsistência entre evidências de auditoria obtidas em fontes distintas, o auditor deverá providenciar modificações ou acréscimos aos procedimentos de auditoria necessários para solucionar o assunto.

86. Controle interno é o processo planejado, implementado e mantido pelos responsáveis pela governança, administração e outros empregados para fornecer segurança razoável quanto à realização dos objetivos da entidade no que se refere à confiabilidade dos relatórios financeiros, efetividade e eficiência das operações e conformidade com leis e regulamentos aplicáveis. Um dos componentes de controle interno é o Ambiente de Controle, que compreende a avaliação, entre outras, de que a organização tem compromisso com a integridade e os valores éticos e o compromisso com a competência.

87. Risco de auditoria é o risco de que o auditor expresse uma opinião de auditoria inadequada quando as demonstrações contábeis contiverem distorção relevante. O risco de auditoria é uma função dos riscos de distorção relevante e do risco de detecção. Quanto aos tipos de riscos de auditoria, podemos afirmar que o risco de detecção independe da ação do auditor, o risco de controle está ligado ao grau de eficácia dos procedimentos conduzidos pelo auditor e o risco inerente é um risco próprio da natureza da atividade em questão.

88. O planejamento da auditoria envolve a definição de estratégia global para o trabalho e o desenvolvimento de plano de auditoria. Nesse contexto, a estratégia global deve incluir a natureza, a época e a extensão dos procedimentos e orientar o desenvolvimento do plano de auditoria.

89. A **indagação** consiste na busca de informações junto a pessoas com conhecimento, financeiro e não financeiro, dentro ou fora da entidade. Ela é utilizada extensamente em toda a auditoria, além de outros procedimentos de auditoria. A avaliação das respostas às indagações é parte integral do processo de indagação. Uma resposta em reunião presencial a uma indagação feita por representação verbal de membro da administração e o envio de uma resposta por email têm o mesmo nível de confiabilidade.

90. O auditor deve determinar meios para selecionar itens a serem testados que sejam eficazes para o cumprimento dos **procedimentos de auditoria**. Os testes de detalhes são aqueles que fornecem evidências nas quais o auditor verifica se os fatos contábeis foram adequadamente registrados e os testes de controle detectam distorções relevantes no nível da afirmação, identificando condições relevantes para o propósito do teste.

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-TCU-Cespe-01-09>

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!



**ASSINATURA
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO**

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE